



# Ministério de Minas e Energia

## Consultoria Jurídica

### PORTARIA MME Nº 909, DE 6 DE ABRIL DE 2026

Promove a 1ª Revisão da Agenda Regulatória do Ministério de Minas e Energia para o período de 2025-2027.

**O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, no art. 6º do Decreto nº 11.243, de 21 de outubro de 2022, na Portaria Normativa MME nº 30, de 22 de outubro de 2021, e o que consta no Processo nº 48330.000336/2024-42, resolve:

Art. 1º Fica promovida a 1ª Revisão da Agenda Regulatória do Ministério de Minas e Energia para o período de 2025-2027.

Art. 2º O Anexo da Portaria MME nº 829, de 20 de março de 2025, passa a vigorar na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 3º A presente Revisão da Agenda Regulatória tem por finalidade:

I - incluir novos atos normativos na Agenda Regulatória;

II - excluir iniciativas que tenham sido concluídas, perdido objeto ou cuja manutenção não se mostre necessária;

III - adequar a nomenclatura das iniciativas existentes; e

IV - ajustar prazos de execução e previsão de conclusão.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALEXANDRE SILVEIRA**

Este texto não substitui o publicado no DOU de 7.4.2026 - Seção 1.

#### ANEXO

(Anexo da Portaria MME nº 829, de 20 de março de 2025)

#### “ANEXO

#### 1ª REVISÃO DA AGENDA REGULATÓRIA - PERÍODO DE 2025-2027

SEQ.	ATOS NORMATIVOS	CONTATO	SETORES AFETADOS	PREVISÃO
1	Diretrizes para importação e exportação de gás natural (art. 19, parágrafo único, da Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021).	snpgb@mme.gov.br	Setor de petróleo e gás natural, bem como os consumidores brasileiros.	2026
2	Diretrizes para o plano de contingência para o suprimento de gás natural (art. 34 da Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021).	snpgb@mme.gov.br	Setor de petróleo e gás natural, bem como os consumidores brasileiros.	2026
3	Definição dos percentuais mínimos de coleta de óleos lubrificantes usados ou contaminados coletados, para o quadriênio 2028-2031, em atendimento à resolução CONAMA nº 362/2005 e em substituição à Portaria Interministerial MME/MMA nº 4, de 28 de dezembro de 2023.	snpgb@mme.gov.br	(i) segmentos atuantes na cadeia de óleo lubrificante, incluindo produtores, importadores, distribuidoras, comercializadores, usuários finais, empresas de coleta e refinadores de lubrificantes; (ii) sociedade civil; e (iii) órgãos e entidades públicas, como ANP, Ibama, MMA e MME.	2027

4	Regulamentação da Lei nº 14.993, de 8 de outubro de 2024. Avaliação da viabilidade técnica da mistura de etanol 35% (trinta e cinco por cento) e fixação de novo cronograma de elevação do teor de mistura.	snpgb@mme.gov.br	Agronegócio, Automotivo, Energia e Transporte.	Ambiental, Combustíveis,	2026
5	Regulamentação da Lei nº 14.993, de 8 de outubro de 2024. Avaliação técnica da mistura de biodiesel 25% (vinte e cinco por cento) e fixação de novo cronograma de elevação do teor de mistura.	snpgb@mme.gov.br	Agronegócio, Automotivo, Energia e Transporte.	Ambiental, Combustíveis,	2026
6	Regulamentação da Lei nº 14.993, de 8 de outubro de 2024. Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação - ProBioQAV 1. Fixação das diretrizes do SAF no âmbito do ProBioQAV, conforme deliberações do Grupo de Trabalho instituído pela Resolução CNPE nº 10, de 26 de agosto de 2024. 2. Proposta para desonerar investimentos e definição do Regime Tributário para o SAF; e 3. Fixação de metas para 2027.	snpgb@mme.gov.br	Agronegócio, Automotivo, Energia e Transporte.	Ambiental, Combustíveis,	2026
7	Regulamentação da Lei nº 14.993, de 8 de outubro de 2024. PNDV (Regulamentação do Programa Nacional de Diesel Verde) Criação de GT para avaliação das alternativas para viabilização do mandato de Diesel Verde e definição das diretrizes para o PNDV.	snpgb@mme.gov.br	Agronegócio, Automotivo, Energia e Transporte.	Ambiental, Combustíveis,	2026
8	Regulamentação da Lei nº 14.993, de 8 de outubro de 2024. Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural 1. Fixação das diretrizes para a ANP sobre metodologia de cálculo das reduções de emissão, agentes obrigados, linha de corte (parte obrigada), mecanismos de fiscalização, prazos e definição da base de cálculo das metas; e 2. Definição das regras para o Certificado de Garantia de Origem de Biometano - CGOB.	snpgb@mme.gov.br	Agronegócio, Automotivo, Energia e Transporte.	Ambiental, Combustíveis,	Decreto nº 12.614, de 5 de setembro de 2025
9	Regulamentação da Lei nº 14.993, de 8 de outubro de 2024. Atividades de Captura, Estocagem e Utilização de Carbono - CCUS, naquilo que se refere à execução das atividades de captura de dióxido de carbono para fins de estocagem geológica.	snpgb@mme.gov.br	Agronegócio, Automotivo, Energia e Transporte.	Ambiental, Combustíveis,	2026
10	RenovaBio - Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017. 1. Definição das metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis para o ano de 2026.	snpgb@mme.gov.br	Agronegócio, Automotivo, Energia e Transporte.	Ambiental, Combustíveis,	Resolução CNPE nº 21, de 23 de dezembro de 2025
11	Regulamentação da Resolução CNPE nº 13, de 10 de dezembro de 2024. 1. Portaria Interministerial para estabelecimento das metas de utilização mínima de óleos e gorduras residuais - OGRs para os produtores de biodiesel, SAF e diesel verde.	snpgb@mme.gov.br	Produtores de biodiesel, SAF e diesel verde; cooperativas de coleta de OGRs	saneamento;	2026

12	RenovaBio - Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017. 1. Definição das metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis para o ano de 2027.	snpgb@mme.gov.br	Agronegócio, Ambiental, Automotivo, Combustíveis, Energia e Transporte.	2026
13	Regulamentação da Lei nº 14.993, de 8 de outubro de 2024. 1. definição da meta anual de redução de emissões de gases de efeito estufa - GEE no mercado de gás natural comercializado, autoproduzido ou autoimportado por produtores e importadores de gás natural;	snpgb@mme.gov.br	Produtores e importadores de gás natural; produtores de biometano; distribuidores de gás; setor de saneamento e resíduos	2026
14	Oferta de Blocos. Inclusão de blocos exploratórios no Sistema de Oferta Permanente da ANP, a serem contratados sob o Regime de Partilha da Produção.	snpgb@mme.gov.br	Operadoras de E&P; Investidores em áreas exploratórias; Fornecedores de Bens e Serviços; Empresas especializadas em levantamentos geofísicos e ambientais; Órgãos Governamentais e Reguladores, como ANP e CNPE.	Resolução CNPE nº 19, de 1º de outubro de 2025
16	Revisão de Portarias Interministeriais que tratam da regulamentação de Manifestações Conjuntas - MC e de Avaliação Ambiental de Áreas Sedimentares - AAAS, bem como definição de diretrizes para eventual dispensa para sua aplicação.	snpgb@mme.gov.br	Operadoras de E&P; Fornecedores de Serviços Ambientais e Estudos Técnicos; Empresas especializadas na elaboração de estudos de impacto ambiental; Órgãos Governamentais e Reguladores, como MME, MMA, IBAMA e OEMAS; Comunidades Locais e Tradicionais; Sociedade Civil e ONGs Ambientais.	2026/2027
17	Reavaliação dos procedimentos e da metodologia de cálculo e revisão das garantias físicas de energia das usinas eólicas.	sntep@mme.gov.br	Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); Empresa de Pesquisa Energética (EPE); Ministério de Minas e Energia (MME); Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); Agente vendedor de energia elétrica (Decreto nº 5.163/2004, art. 1º, § 2º, inciso III)	2026
18	Reavaliação dos procedimentos e da metodologia de cálculo e revisão das garantias físicas de energia das usinas solares fotovoltaicas.	sntep@mme.gov.br	Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); Empresa de Pesquisa Energética (EPE); Ministério de Minas e Energia (MME); Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); Agente vendedor de energia elétrica (Decreto nº 5.163/2004, art. 1º, § 2º, inciso III)	2026
19	Reavaliação dos procedimentos e da metodologia de cálculo e revisão das garantias físicas de energia das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente.	sntep@mme.gov.br	Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); Empresa de Pesquisa Energética (EPE); Ministério de Minas e Energia (MME); Operador Nacional do	2026

			Sistema Elétrico (ONS); Agente vendedor de energia elétrica (Decreto nº 5.163/2004, art. 1º, § 2º, inciso III)	
20	Resolução CGIEE nº 1, de 1º de fevereiro de 2024, aprova a Agenda Regulatória do Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética para o período 2024-2026.	sntep@mme.gov.br	Setor Industrial; Setores Comerciais e Residenciais.	Resolução CGIEE nº 2, de 13 de março de 2025
21	Agenda Regulatória do Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética para o período 2026-2028.	sntep@mme.gov.br	Setor Industrial; Setores Comerciais e Residenciais.	2026
22	Índices mínimos de eficiência energética para fontes de luz com tecnologia LED	sntep@mme.gov.br	Setor Industrial; Setores Comerciais e Residenciais.	2026
23	Estabelecimento dos critérios e as condições complementares ao Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, para enquadramento e acompanhamento dos projetos de investimento em transformação de minerais estratégicos para a transição energética, para fins de emissão dos valores mobiliários de que tratam o art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e a Lei nº 14.801, de 9 de janeiro de 2024.	sgm.gab@mme.gov.br	(i) Empresas emissoras de debêntures para o financiamento de projetos de transformação de minerais estratégicos para a transição energética; (ii) sociedades de propósito específico ou concessionárias de lavra que executem os projetos considerados elegíveis de transformação de minerais estratégicos para a transição energética; (iii) investidores que adquiram as debêntures com benefício tributário emitidas por essas empresas; (iv) empresas mineradoras; (v) empresas do setor químico ou metalúrgico; (vi) empresas do setor automobilístico ou da indústria de equipamentos elétricos; e (vii) Ministério de Minas e Energia, Receita Federal, Comissão de Valores Mobiliários e Sociedade e Comunidade em Geral.	Portaria Normativa MME nº 120, de 13 de novembro de 2025
24	Portaria Normativa que institui o Referencial Básico para a Mineração Brasileira Sustentável: das Boas Práticas à Promoção do Trabalho Digno e Decente	sgm.gab@mme.gov.br	(i) Setor Mineral; e (ii) Órgãos e entidades públicas que atuam de forma transversal nas políticas ambientais, sociais e econômicas.	2026
25	Portaria instituindo o Plano de Ação Nacional para a Mineração Artesanal e em Pequena Escala de Ouro (PAN-MAPE)	sgm.gab@mme.gov.br	(i) Setor Mineral; (ii) Órgãos e entidades públicas que atuam de forma transversal nas políticas ambientais, sociais e econômicas	2026
26	Proposta de portaria que estabeleça diretrizes gerais para o enfrentamento de situações emergenciais de restrição temporária do fornecimento de energia elétrica ou situações de risco iminente de suspensão do fornecimento de energia elétrica, relacionadas a ações específicas deliberadas pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE.	snee@mme.gov.br	Setor elétrico, em especial os segmentos que contribuem no enfrentamento aos atendimentos emergenciais.	Portaria Normativa MME nº 124, de 23 de dezembro de 2025

27	Proposta de portaria interministerial que disponha sobre as responsabilidades e atribuições dos aquicultores e das concessionárias de geração de energia elétrica no uso múltiplo das águas dos reservatórios de usinas hidrelétricas localizadas em águas da União.	snee@mme.gov.br	Setor elétrico e produtores de peixe, por meio de aquicultura, com previsão de geração de emprego e renda.	2026
28	Proposta de Resolução do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, estabelecendo Plano de Ação para regulamentar procedimentos relativos à transparência das deliberações relacionadas à geração por garantia do suprimento energético - GE, em atendimento à determinação do item 9.3 do Acórdão nº 922/2023-TCU-Plenário.	snee@mme.gov.br	Setor elétrico.	2026
29	Atualização da Resolução do CMSE nº 1, de 1º de setembro de 2016, que estabelece o Regimento Interno do Comitê.	cmse@mme.gov.br	Setor elétrico.	2026
30	Proposta de Resolução do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE para definição e divulgação dos critérios, ritos e prazos para avaliação e aprovação de alterações no nível de aversão ao risco a ser utilizado nos modelos computacionais do setor elétrico (em atendimento ao art. 4º da Resolução CNPE nº 1, de 12 de março de 2024).	cmse@mme.gov.br	Setor de energia elétrica (representantes de agentes geradores, agentes comercializadores e consumidores brasileiros).	Resolução CMSE nº 1/2025, de 25 de julho de 2025
31	Proposta de Resolução do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE com diretrizes para avaliação e aprovação pelo CMSE de antecipação de entrada em operação comercial de usinas contratadas em leilão de reserva de capacidade na forma de potência.	cmse@mme.gov.br	Setor de energia elétrica (representantes de agentes geradores, agentes comercializadores e consumidores brasileiros).	2026
32	Proposta de Portaria sobre diretrizes para a otimização do uso de geração de energia elétrica inflexível proveniente de usinas termelétricas no Sistema Interligado Nacional - SIN em cenário de excedentes energéticos.	snee@mme.gov.br	Setor de energia elétrica (representantes de agentes geradores, agentes comercializadores e consumidores brasileiros).	Portaria Normativa nº 115, de 23 de julho de 2025
33	Aprimoramento da Portaria Normativa MME nº 49, de 22 de setembro de 2022, que trata das diretrizes de exportação de energia elétrica interruptível sem devolução, proveniente de excedente de geração de usinas hidráulicas	snee@mme.gov.br	Setor de energia elétrica (representantes de agentes geradores, agentes comercializadores e consumidores brasileiros).	2026
34	Aprimoramento da Portaria Normativa MME nº 86, de 21 de outubro de 2024, que trata das diretrizes de exportação de energia elétrica interruptível sem devolução, proveniente de usinas termelétricas. Avaliação de aprimoramentos relativos à determinações legais de contratação de usinasna modalidade energia de reserva.	snee@mme.gov.br	Setor de energia elétrica (representantes de agentes geradores, agentes comercializadores e consumidores brasileiros).	2026
35	Proposta de Portaria sobre estímulo à digitalização gradual das redes de distribuição de energia elétrica e serviços, inclusive de instrumentos de medição (em atendimento ao art. 4º, inciso XX, do Decreto nº 12.068, de 20 de julho de 2024).	snee@mme.gov.br	Setor de energia elétrica (distribuidoras e consumidores brasileiros).	Portaria Normativa MME nº 111, de 18 de junho de 2025